



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Presidência da República:

Direcção-Geral da Administração.

Assembleia Nacional:

Resolução nº 159/VI/2005:

Deferindo o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Armando Jorge Lopes Monteiro.

Resolução nº 162/VI/2005:

Substituindo o Deputado Armando Jorge Lopes Monteiro por Daniel Pires Neves.

Secretaria-Geral.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo.

Ministério das Infraestruturas e Transportes:

Gabinete do Ministro de Estado.

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção dos Assuntos Jurídico e Tratados.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação.

Ministério da Administração Interna:

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Educação e Valorização de Recursos Humanos:

Direcção de Recursos Humanos.

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar.

Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério das Finanças e Planeamento:

Direcção-Geral da Administração.

Município do São Filipe:

Câmara Municipal.

Imprensa Nacional de Cabo Verde:

Assembleia-Geral.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a o Presidente da República:

De 22 de Julho de 2005:

João Aqueleu Jenner Barbosa Amado, técnico parlamentar de primeira classe, referência 14, escalão B, do quadro de pessoal da Assembleia Nacional, desempenhando, em comissão ordinária de serviço, as funções de Director-Geral de Administração da Presidência da República, é dada por finda a referida comissão, a seu pedido, nos termos do nº 3, do artigo 42º do Decreto-Lei nº 42/95, de 7 de Agosto, com efeitos a partir de 25 de Julho de 2005.

Direcção-Geral da Administração da Presidência da República, na Praia, aos 22 de Julho de 2005. – Pelo Director-Geral, *Jorge Octávio Soares Silva*.

—oço—

ASSEMBLEIA NACIONAL

Comissão Permanente

Resolução nº 159/VI/2005

de 3 de Agosto

Ao abrigo da alínea *a*) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

Artigo Único

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, por um período compreendido entre 17 de Julho e 1 de Agosto de 2005.

Aprovada em 21 de Julho de 2005.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Aristides Raimundo Lima*.

Gabinete do Presidente

Despacho Substituição nº 162/VI/2005

Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 4º, 5º e nº 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato do Deputado Armando Jorge Lopes Monteiro, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, pelo candidato não eleito da mesma lista, Daniel Pires Neves.

Publique-se.

Assembleia Nacional, 21 de Julho de 2005. – O Presidente, *Aristides Raimundo Lima*.

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 15 de Julho de 2005:

Dulce Irene Lush Ferreira Lima, técnico parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão B, do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, na situação de licença sem vencimento de longa duração, exonerada a seu pedido, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 4º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 7 de Julho de 2005.

Despacho do Director do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex^a o Ministro da Saúde:

De 13 de Julho de 2005:

Maria Florença Sousa Xavier, ajudante de serviços gerais, contratada, prestando serviço na Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, homologado o parecer da Junta de Saúde de 7 de Julho de 2005 que é do seguinte teor.

“Que as faltas dadas ao serviço de 5 de Abril a 6 de Junho de 2005, sejam justificadas”.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 25 de Julho de 2005. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro:

De 12 de Julho de 2005:

Vasco Alexandre de Figueiredo Alves Vieira, técnico superior, referência 13, escalão A, do quadro do pessoal do Centro Jurídico da Chefia do Governo, exonerado a seu pedido, ao abrigo do nº 2 do artigo 28º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 15 de Julho de 2005.

De 18:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço, a seu pedido, de Emanuel Alberto Duarte Barbosa, no cargo de Director de Administração do Palácio do Governo da Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, com efeitos imediatos.

É dada por finda a comissão ordinária de serviço de Celmira de Jesus Pereira Mendes, nas funções de Directora dos Recursos Humanos e Assuntos Gerais da Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, com efeitos imediatos.

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 25 de Julho de 2005. – A Directora-Geral, *Rosa Brito*.

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

Gabinete do Ministro

Despacho nº 22/2005

Através da Resolução nº 27/2004, de 13 de Dezembro e do Decreto-Regulamentar 3/2005, de 11 de Abril, as quais aprovam a criação e os estatutos do Instituto Marítimo e Portuário de Cabo Verde, abreviadamente designado por IMP, entidade responsável pela execução da política do governo para o sector dos transportes marítimos, navegação marítima e portos, tendo ainda atribuições de administração, gestão e utilização do domínio público que lhe está afecto.

Convindo criar as condições necessárias para a entrada em funcionamento efectivo do Instituto, é criada, na dependência do Ministro de Estado e das Infra-estruturas e Transportes, uma Comissão Instaladora, constituída pelos seguintes técnicos:

- Eng. Zeferino Calazans Fortes, que preside
- Dr. José Jorge Costa Pina
- Dr. Osvaldo Lima Lopes

A Comissão terá como principais tarefas, as seguintes:

- a) Conduzir o processo de transição da DGMP para o IMP;
- b) Dotar o Instituto com um conjunto de instrumentos jurídico-administrativos, instrumentos de gestão, normas de funcionamento nomeadamente, regulamentos internos, o manual de procedimentos, o quadro de pessoal, incluindo o plano de cargos, carreiras e salários;
- c) Propor o Orçamento de Funcionamento para 2006.

O mandato da Comissão expira com a conclusão das tarefas acima referidas.

Gabinete do Ministro das Infraestruturas e Transportes, na Praia, aos 8 de Julho de 2005. - O Ministro do Estado, *Manuel Inocêncio Sousa*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 18 de Julho de 2005:

Gilda Maria dos Reis Rodrigues Brito, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, colocada no Hospital "Dr. Baptista de Sousa", São Vicente, onde passará a desempenhar as suas funções.

Despacho do Director-Geral dos Recursos Humanos e Administração, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 26 de Abril de 2005:

Maria de Fátima Lopes da Silva Gonçalves Figueiredo Silva, médica geral, escalão I, índice 120, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, nos termos do nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

Celso Salazar Delgado Martins, enfermeiro geral, escalão V, índice 100 do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço, nos termos do nº 1 do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, 5 de Abril.

As despesas têm cabimento no Cap. 1º, divisão 3ª, Código 03.01.04.02 do orçamento do Ministério da Saúde. - (Visados pelo Tribunal de Contas em 22 de Julho de 2005).

De 21 de Julho:

Marino Gomes Silva, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão C, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, prorrogada a respectiva licença pelo período de mais 1 (um) ano, nos termos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 2 de Agosto de 2005.

Despacho da Directora do Hospital "Dr. Agostinho Neto", por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 13 de Julho de 2005:

Henrique José Oliveira Vera Cruz, médico principal, escalão I, índice 200, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Julho de 2005, que é do seguinte teor:

«Apresentado após o regresso de Portugal. Deve permanecer de convalescença até 30 de Julho de 2005, data de controle médico»

Despacho do Director do Hospital "Dr. Baptista de Sousa", por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 21 de Junho de 2005:

Maria da Conceição Ramos Pinto, médica graduada, escalão III, índice 125, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de assessor clínico no Hospital "Dr. Baptista de Sousa" - exonerada, a seu pedido das mesmas funções, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º do Estatuto dos Hospitais Centrais.

Ernesto Ramos Guilherme Rocha, médico principal, escalão III, índice 180, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital

“Dr. Baptista de Sousa” - nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de assessor clínico do respectivo Hospital, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º do Estatuto dos Hospitais Centrais.

Lígia Maria Lopes Araújo, enfermeira graduada, escalão III, índice 135, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, desempenhando em comissão ordinária de serviço as funções de Enfermeira Superintendente no Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, dada por finda a comissão de serviço nas respectivas funções, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º do Estatuto dos Hospitais Centrais.

Maria Júlia Silva dos Reis Duarte, enfermeira geral, escalão I, índice 125, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em serviço no Hospital “Dr. Baptista de Sousa” - nomeado para em comissão ordinária de serviço exercer as funções de enfermeira superintendente do respectivo Hospital.

De 23:

Maria Odete Tavares Ferreira Barros, enfermeira geral, escalão III, índice 115, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 22 de Julho de 2005, que é do seguinte teor:

«Devem ser-lhe justificadas as faltas dadas ao serviço de 2 de Março de 2005 até à presente data».

Rosa Maria Amarante Cardoso, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 22 de Julho de 2005, que é do seguinte teor:

«Que a examinada se encontra apta a retomar o trabalho no dia 1 de Junho de 2005».

Direcção Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 25 de Julho de 2005. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados

AVISO

Torna-se público que a República de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América já cumpriram os procedimentos constitucionais necessários para a entrada em vigor do Acordo por troca de notas sobre o exercício de actividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular administrativo e técnico, assinado na cidade da Praia, aos 15 e 18 de Fevereiro de 2005.

Mais se informa, que o mesmo entrou em vigor para todo o território nacional, desde o dia 14 de Junho de 2005.

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 22 de Julho de 2005. – O Director-Geral, *Daniel António Pereira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

AVISO

A Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação informa que no quadro da modernização dos serviços dos Registos Notariado e Identificação, encontra-se em curso o desenvolvimento técnico da aplicação informática do registo civil, bem como os testes na prática da mesma.

Assim, urge iniciar a sua implementação nos diversos serviços externos a que se destina.

Para a primeira etapa desse processo de implementação no terreno designa-se a Conservatória do Registo Civil da Praia, como conservatória piloto, tendo esta já recebido a aplicação informática a partir de 3 de Janeiro de 2005 e, nessa medida, autorizou-se a mesma e as outras que se lhe sigam a efectuarem os registos de nascimento, casamento, óbito, perfilhação e união de facto e emissão das respectivas certidões em suporte informático.

Neste contexto, foram aprovados, através da Portaria 1/2005, de 20 de Julho, os novos modelos de assento e certidão de nascimento, casamento, óbito, perfilhação e união de facto para o uso do Registo Civil e publicado no *Boletim Oficial* de 20 de Julho de 2005, II Série.

Entretanto, enquanto não se concluir o processo da informatização dos serviços, continuam a vigorar, durante este período interino, os modelos de assento e certidão constantes do Código do Registo Civil e os novos modelos aprovados pela Portaria 1/2005, de 20 de Julho.

Direcção-Geral dos Registos Notariado e Identificação, na Praia, aos 25 de Julho de 2005. – A Directora-Geral, *Maria da Glória Mascarenhas Monteiro*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 12 de Junho de 2005:

João Baptista Mendes Tavares, agente de 2ª classe da Polícia de Ordem Pública, exonerado, a seu pedido, nos termos do nº 1 do artigo 73º, dos Estatutos do Pessoal Policial da Polícia de Ordem Pública, com efeitos a partir de 7 de Julho do ano em curso.

Despacho de S. Ex^a o Comandante-Geral da Polícia de Ordem Pública:

De 6 de Julho de 2005:

Maria José Neves Correia e Silva, assistente administrativo, do quadro de pessoal civil da Polícia de Ordem Pública, efectivo da

Direcção de Emigração e Fronteira, concedida licença sem vencimento de 30 (trinta) dias, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 45º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 20 de Agosto de 2005.

de Directora da Escola Secundária de Calabaceira, progride para escalão B, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 10º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, conjugado com o artigo 21 do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho e artigo 3º do Decreto-Regulamentar nº 13/93, de 30 de Agosto.

Direcção da Administração do Comando-Geral da POP, na Praia aos 18 de Julho de 2005. – O Director, *José Henrique Moreno Mendes*.

Sem encargos financeiros para o orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. – (Isento da fiscalização do Tribunal de Contas).

—o§o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

De 11 de Julho:

Direcção dos Recursos Humanos

Despacho de S. Exª a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

Renato Gomes Monteiro, professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, quadro definitivo do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na situação de licença sem vencimento de longa duração, desde do ano lectivo 2004/2005, concedida, nos termos do artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o nº 1 do artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 5 de 29 de Março, prorrogação da referida licença, por mais um ano, com efeitos a partir do término da licença anterior (ano lectivo 2005/2006).

De 31 de Maio de 2004:

Humberto Elias de Freitas, habilitado com o grau de Mestrado em Economia, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director da Escola Secundária da Ribeira Grande, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 24º do Decreto-Lei nº 4/2002, de 19 de Agosto, com efeitos a partir de 22 de Janeiro de 2005.

Neida Manuela Silva Almeida, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, quadro definitivo do pessoal do Paúl do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na situação de licença sem vencimento de longa duração desde Setembro de 2003 – concedida, nos termos dos artigos 47º a 49º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, conjugado com o nº 1 do artigo 68º do Decreto-Legislativo nº 2/2004 de 5 de 29 de Março, prorrogação da referida licença, por mais um ano, com efeitos a partir da prorrogação anterior (ano lectivo 2004/2005).

Sem encargos financeiros para o orçamento do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 21 de Janeiro de 2005).

Direcção de Recursos Humanos do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, na Praia, aos 21 de Julho de 2005. – O Director, *Ulisses Monteiro*.

De 21 de Outubro:

António da Luz Delgado, professor do ensino secundário, referência 8, escalão B, nomeado, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director da Escola Secundária “Jorge Barbosa”, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo nº 4/98, de 19 de Outubro, indo ocupar a vaga deixada pelo anterior titular, João Carlos Brito Lima, com efeitos a partir de 24 de Março de 2005.

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar

EXTRACTO DE CONTRATO

A despesa tem cabimento na verba inscrita na Divisão 10.16.10, CL. Ec. 3.01.01.02. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Março de 2005).

Raquel Alfama Lopes dos Santos, contratada para leccionar, no ISECMAR, em regime de contrato a termo por um período de 1 (um) ano, ao abrigo dos artigos 2º e 3º do Decreto-Legislativo nº 2/98 de 8 de Junho, conjugado com o artigo 15º do Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 1/99 de 15 de Fevereiro e as normas pertinentes da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, com retribuição mensal de 80.895\$00 (oitenta mil oitocentos e noventa e cinco escudos)

Despacho de S. Exª o Secretário-Geral do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, por delegação de competência delegada por S. Exª a Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos:

O encargo resultante das despesas tem cabimento na dotação inscrita na verba 03.62.01.03, pessoal contratado. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Setembro de 2004).

De 19 de Março de 2005:

Maria Ocília Furtado Frederico Semedo, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, desempenhando as funções

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, aos 5 de Janeiro de 2005. – O Presidente, *Manuel Eduardo Fortes T. Almeida*.

**MINISTÉRIO DA REFORMA
DO ESTADO
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Direcção-Geral da Administração Pública

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Reforma do Estado e da
Administração Pública:

De 28 de Abril de 2005:

João Emanuel Brazão Barbosa, inspector adjunto, referencia 11, escalão A, de nomeação definitiva, da Capitania dos Portos de Sotavento é colocado em comissão eventual de serviço, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, para frequentar o curso de aperfeiçoamento para Oficial Náutico, no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha – CIAGA – Brasil, por um período de 8 a 9 meses com efeitos a partir da data do embarque, ou seja 18 de Fevereiro de 2005.

De 2 de Maio:

Carlos José Alves Neves, médico geral, escalão I, índice 120, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto” – Praia, é colocado em comissão eventual de serviço, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, para frequentar o curso de especialização em Hematologia, em Cuba, por um período de 12 meses com efeitos a partir da data do embarque, ou seja 8 de Fevereiro de 2005.

Carolina Cardoso da Silva Leite Gomes, médico geral, escalão II, índice 115, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto” – Praia, é colocado em comissão eventual de serviço, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, para frequentar o curso de especialização em Hematologia, em Cuba, por um período de 12 meses com efeitos a partir da data do embarque, ou seja 8 de Fevereiro de 2005.

Feliciano Paulo D'Oliveira, médico geral, escalão III, índice 110, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto” – Praia, é colocado em comissão eventual de serviço, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, para frequentar o curso de especialização em Otorrinolaringologia, em Cuba, por um período de 12 meses com efeitos a partir da data do embarque, ou seja 8 de Fevereiro de 2005.

Hirondina Vaz Borges, médico geral, escalão IV, índice 100, em serviço no Hospital “Dr. Agostinho Neto” – Praia, é colocado em comissão eventual de serviço, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, para frequentar o curso de especialização em Oncologia, em Cuba, por um período de 12 meses com efeitos a partir da data do embarque, ou seja 8 de Fevereiro de 2005.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 1.º divisão 11, Cod. 03.01.01.02 da tabela do Ministério da Saúde do orçamento vigente.

Despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por
delegação de S. Ex^a o Ministro da Reforma do Estado e da
Administração Pública:

De 28 de Abril de 2005:

Maria Livramento Gonçalves Gomes, assistente administrativo, referência 6, escalão C, da Direcção de Administração do Ministério das Infraestruturas e Transportes – desligada do serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarada incapaz para exercer qualquer actividade profissional de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitida em sessão de 7 de Abril de 2005 e homologada por despacho de S. Ex^a o Ministro da Saúde em 14 de Abril do mesmo ano, com direito a pensão anual 424.080\$00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e oitenta escudos, sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capítulo 1.º, Div. 15.ª, Cód. 15.º do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Julho de 2005).

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 20 de Junho de 2005. – A Directora-Geral, *Edna Daniel Veiga Tavares Moreira*.

—oço—

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E PLANEAMENTO**

Direcção de Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro das Finanças e Planeamento:

De 26 de Abril de 2005:

Vera Liliana Morais, técnica superior de Finanças, referência 14, escalão D, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, nomeado em comissão, para exercer o cargo de Directora de Serviço de Gestão e Execução do Orçamento nos termos do Decreto-Lei n.º 23/99 de 3 de Maio, e o artigo 19.º, n.º 2, alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 55/2004 de 27 de Dezembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho e com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho e a alínea *a*) do artigo 14.º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

Carlos Jorge Pereira Rodrigues, técnico superior de Finanças, referência 15, escalão C, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, nomeado em comissão, para exercer o cargo de Director de Serviço do Orçamento nos termos do Decreto-Lei n.º 23/99, de 3 de Maio, e o artigo 19.º, n.º 2, alínea *a*) do Decreto-Lei n.º 55/2004 de 27 de Dezembro, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Legislativo n.º 13/97, de 1 de Julho e com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 86/92, de 16 de Julho e a alínea *a*) do artigo 14.º da Lei 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento no código 3.01.01.02 do Orçamento do Ministério das Finanças e Planeamento. – (Visados pelo Tribunal de contas em 22 de Julho de 2005).

De 23 de Maio:

Carlos Guido St'Aubin Figueiredo, inspector aduaneiro, referência 14, escalão A, do quadro da Direcção-geral das Alfândegas do Ministério das Finanças e Planeamento, exercendo em comissão

de serviço as funções de Director da Circunscrição Aduaneira da Praia, dada por finda, a seu pedido a referida comissão a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

Joaquim Sena Silva, inspector aduaneiro, referência 14, escalão B, do quadro da Direcção-Geral das Alfândegas do Ministério das Finanças e Planeamento, nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de Director da Circunscrição Aduaneira da Praia, nos termos do nº 2 do artigo 6º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho e nº 1 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

A despesa tem cabimento no código 3.01.01.02 do orçamento do Ministério das Fianças e Planeamento. – (Visado pelo Tribunal de Contas aos 29 de Julho de 2005).

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Planeamento, na Praia, aos 29 de Julho de 2005. – A Directora de Administração, *Albertina Rocha Costa*.

—oço—

MUNICÍPIO DE SÃO FILIPE

Câmara Municipal

Despachos de S. Ex^a o Presidente da Câmara Municipal de São Filipe:

De 1 de Junho de 2005:

Nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com os nºs 3 e 4 do Decreto-Regulamentar nº 13/93 de 30 de Agosto, progride a funcionária do quadro privativo do Município de São Filipe, Eunice Maria Barbosa Mendes, auxiliar administrativo, referência 2, escalão B, para referência 2, escalão C, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

Nos termos dos artigos 21º e 22º do Decreto-Lei nº 86/92 de 16 de Julho, conjugado com os números 3 e 4 do Decreto-Regulamentar nº 13/93 de 30 de Agosto, progride o funcionário do quadro privativo do Município de São Filipe, Sebastião Lopes, ajudante dos serviços gerais, referência 1, escalão E, para referência 1, escalão F, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

Os encargos resultantes desta despesa têm cabimento na dotação provisional inscrita no Capítulo 9, Grupo 22, do Orçamento Municipal para o ano económico de 2005.

Engenheiro Alípio João Dias de Barros, técnico superior licenciado em Agricultura - Produção Animal, nomeado para exercer, em Comissão de Serviço o cargo de Director - Delegado do Serviço Autónomo Municipal de Saneamento, Mercados, Feiras e Cemitérios, ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005.

Os encargos resultantes desta despesa têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 7, Grupo 1, artigo 2º, do Orçamento do respectivo Serviço para o ano económico de 2005.

Eurico António Cardoso, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão D, do quadro privativo do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, nomeado para exercer, em Comissão de Serviço o cargo de Director -Delegado do Serviço Autónomo Municipal de Mecânica Auto - SAMMA, ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, com efeito a partir de 1 de Junho de 2005, dando por fim a comissão de serviço até então exercida, no igual cargo, do Serviço Autónomo Municipal de Saneamento, Mercados, Feiras e Cemitérios.

Os encargos resultantes desta despesa têm cabimento na dotação inscrita no Capítulo 6, Grupo 1, artigo 1, do Orçamento do respectivo Serviço para o ano económico de 2005.

Miguel Garcia Lopes, assistente administrativo, referência 6, escalão D, do quadro privativo do Município de São Filipe, nomeado para desempenhar, em comissão de serviço o cargo de assessor do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Filipe (nível II), ao abrigo dos nºs 1 e 2 artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, ficando afecto à coordenação do IUP (Administração, Fiscal, Municipal) e à área financeira e patrimonial, com efeito a partir de 1 de Julho de 2005.

A contar da referida data é-lhe dada por finda também a Comissão de Serviço no cargo de Director Delegado do Serviço Autónomo de Mecânica Auto - SAMMA.

(Isentos de Visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 14, alínea o) da Lei 84/IV/93 de 12 de Julho).

A despesa tem cabimento no capítulo 2, grupo 1, artigo 2, do orçamento vigente.

Câmara Municipal de São Filipe, aos 30 de Junho de 2005. – O Presidente da Câmara, *Eugénio Miranda da Veiga*.

—oço—

IMPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE

Assembleia-Geral

Deliberação nº 3/2005 do Delegado do Governo junto da Assembleia-Geral da Imprensa Nacional de Cabo Verde:

De 14 de Abril de 2005

Lucídio Mendes Moreira, técnico superior e inspector de finanças, nomeado, por um período de 3 anos, para exercer o cargo de administrador executivo e Presidente do Conselho de Administração da empresa pública e sociedade unipessoal IMPRENSA NACIONAL S. A. -INCV, com efeitos a partir de 18 de Abril de 2005.

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração foi publicado de forma incorrecta no *Boletim Oficial* nº 27, II Série de 13 de Julho de 2005, a Deliberação do Delegado do Governo, referente à nomeação de Nuias Mendes Barbosa da Silva, Eng. o Industrial, para exercer o cargo de administrador não efectivo da Empresa Publica e Sociedade Unipessoal IMPRENSA NACIONAL, S. A. -INCV, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004, pelo que de novo, se publica na integra:

Deliberação nº 4/2004 do Delegado do Governo junto da Assembleia-Geral da Imprensa Nacional de Cabo Verde:

de 30 de Dezembro de 2004:

Nuias Mendes Barbosa da Silva, Eng. Industrial, nomeado, por um período de três anos, para exercer o cargo de administrador não executivo no Conselho de Administração da empresa pública e sociedade unipessoal IMPRENSA NACIONAL, S. A. - INCV, com efeitos a 1 de Dezembro de 2004.

Os encargos resultantes da presente nomeação serão suportados pela Imprensa Nacional, empresa pública e sociedade unipessoal Imprensa Nacional S. A. INCV.

Imprensa Nacional de Cabo Verde, na Praia, aos 27 de Julho de 2005. – A Secção de Administração e Pessoal, *José Silva Ferreira*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

—o§o—

NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelecom.cv

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00
AVULSO por cada página	10\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 10\$00

Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	4 000\$00	3 000\$00

Para outros países:

I Série	7 200\$00	6 200\$00
II Série	5 800\$00	4 800\$00
III Série	5 000\$00	4 000\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	5 000\$00
1/2 Página	2 500\$00
1/4 Página	1 000\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 80\$00